

O Jornal *O Estado de São Paulo* e Getúlio Vargas: Política e Economia (1951/1954)

Fausto Saretta[#]

Introdução

Este trabalho busca analisar algumas questões relacionadas ao período 1951-54 no chamado segundo governo de Getúlio Vargas. Mais especificamente, busca-se comentar a interpretação particular que se fez da política econômica efetivada no período pelo jornal *O Estado de São Paulo*, centenário diário paulista de grande importância na história brasileira.

Para além das questões propriamente relacionadas à imprensa, há que se registrar que na sua secular existência, o periódico participou de embates dos mais importantes da vida nacional, posicionando-se dentro de seu reconhecido liberalismo político, matizado, em boa medida, pelas circunstâncias que desafiavam a ordem social.

Esta base liberal devidamente adaptada tanto à manutenção da ordem social quanto à defesa de São Paulo no âmbito da Federação nacional, não impediu que o jornal se posicionasse por um ideário marcado pela modernização da sociedade e economia brasileiras. Como bem observam Capelato e Prado “o modelo político defendido pelo periódico e considerado ideal para o País norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia. Neste sentido é na teoria política exposta por Locke e no Iluminismo francês que devemos buscar os fundamentos sobre os quais se assenta o pensamento político de *OESP*.”¹

Colocada desta forma tão ampla, há que se qualificar que ser liberal tem suas características quando exercido e aplicado no Brasil. Como lembra Faoro: “A sociedade luso-brasileira contraiu, a partir da Revolução Portuguesa de 1820, o achaque liberal. Contraindo é o termo: o liberalismo não seria mais que uma doença importada, com a qual deveria conviver sem a ela ceder.”²

Aqui está se tratando de forma algo ligeira a questão do liberalismo no Brasil, questão que esteve sob debates dos mais relevantes e controversos.³

[#] Depto. de Economia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara. fsaretta@fclar.unesp.br

¹ Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia - o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa Omega, 1979, p. 11.

² Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987, 7a. edição, p. 365.

³ Uma súmula sobre a controvérsia do liberalismo no Brasil está em Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, pp. 14-18. Um bom exemplo de como deve ser relativizada a pregação e a defesa do liberalismo pelo *OESP* está no comentário de Plínio Barretto, diretor do jornal, a respeito da vitória de Adhemar de Barros na eleição para governador de São Paulo em 1947. Inconformado com o resultado das urnas, há por parte de Barretto a desqualificação da própria escolha da população. Assim: “... como aquela personagem de Machado de

A despeito da qualificação de liberal, não se pode descurar que no caso de um jornal há as idiossincrasias de seus proprietários e acionistas que, evidentemente incidem de maneira importante na formulação de seu ideário e interesses. Não obstante, também deve ser considerado que estas particularidades não podem ser superestimadas a ponto de não se focar o papel político que teria a manifestação destes mesmos ideário e interesses, ainda mais no caso do jornal *OESP*. Apenas como lembrança, para além de sua longa existência, o diário paulista, que tomou posição e se mostrou permanentemente engajado em questões das mais relevantes e decisivas da vida brasileira, teve um papel fundamental na criação da Universidade de São Paulo.

Uma apurada da história do jornal por certo demonstraria a assertiva acima. No que tange a estas notas, há que se buscar informações e análises que permitam avançar e aproximar do que aqui se pretende tratar. Cláudio Abramo, que foi secretário de redação do jornal na segunda metade da década de 1950, observou que as posições políticas de *OESP*, expressas nos seus editoriais eram “... medievais e defendiam os interesses da classe dominante paulista em primeiro lugar e os interesses brasileiros em segundo. O Estado era (como é) antiestatal, antigetulista, antitrabalhista, anticomunista e anticlerical.”⁴

A citação apresenta características do ideário professado pelo jornal. Para o alcance deste artigo deve-se tomar apenas o antigetulismo, ainda que os outros “anti” sejam tão significativos quanto, e não menos importante, influenciem o próprio exacerbado e implacável antigetulismo. Retomando o posicionamento antivarguista de *OESP* na linhas seguintes poderá ser observado que a permanente restrição que foi feita a Vargas se fez pelo conteúdo populista de sua gestão política e que não se pode estender esta denominação às críticas do jornal à esfera da política econômica.⁵

Assis (as massas eleitorais) tem uma irresistível atração pelo pulha ... A eleição seria, assim, uma espécie de jogo do bicho (...) O ideal seria a abolição completa da gramática e da esterilidade absoluta das idéias. Procuro apenas glosar os ditos populares e as frases em voga. Tudo isto no estilo dos cafés, dos bilhares e do futebol (...) O candidato que não consiga disfarçar sua distinção estará perdido. A vulgaridade deve ser completa: nas idéias, na linguagem, no vestuário, nas maneiras e até na cara”. Citado por Benevides, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981, p. 253.

⁴ Cf. Abramo, Cláudio. *As regras do jogo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, pp. 36-37. Para uma história do jornal veja Capelato e Prado *op. cit.*

⁵ O populismo econômico “... está baseado no distributivismo ingênuo e em um desenvolvimentismo que não mede custos. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda são entendidos como dois objetivos que podem ser alcançados com relativa facilidade pelo, de um lado, aumento dos investimentos e dos gastos sociais do Estado e, de outro, pelo aumento dos salários. Keynes criticou a lei de Say que afirma que a oferta cria sua própria procura. O populismo econômico, baseado em um *keynesianismo* que horrorizaria Keynes, tem como ‘base teórica’ a afirmação ou suposição de que a procura cria sua própria oferta.” Cf. “Prefácio”. In. Bresser Pereira, Luiz Carlos (org.). *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.

A aversão de *O Estado* a Getúlio Vargas e ao que se denomina varguismo, que se poderia tomar como - entre outros - o populismo, o nacionalismo e o trabalhismo, percorre boa parte das análises políticas encetadas pelo jornal, principalmente na célebre página 3, “Notas e Informações”⁶.

Nesta mesma seção, a 08 de março de 1990, o *OESP* apresentou o editorial *Prestes*, no qual comentava a trajetória e a atuação de Luís Carlos Prestes, que falecera no dia anterior. Ao longo do texto o editorialista afirmava da importância da longa atuação política de Prestes, e, na invocação ao falecido líder, analisava que tivesse ele tomado posições políticas diferentes das que tomou em momentos cruciais da história brasileira recente, o percurso histórico do País teria sido outro, distinto e bem melhor. Este editorial é na verdade quase que uma súmula da história das opções políticas que o jornal fez ao longo de sua longa existência. Criticando a atuação de Prestes, estabelecia os equívocos que cometera ao longo de sua longa carreira e afirmava: “Ao abandonar os companheiros da Coluna, em 1930, acusando-os de estar a serviço de um projeto burguês de revolução, Prestes condenou o movimento reformador daquele ano a ser entregue, na parte civil, ao espírito caudilhesco de Vargas, e na parte militar, ao espírito torturado e tortuoso do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Depois, em 1945, quando de novo a História bateu à sua porta e novamente lhe foi dada a oportunidade de combater os vícios do passado, dando seu apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes (que simbolizava a oposição àqueles dois nomes que haviam marcado o Estado Novo) Luís Carlos Prestes preferiu seguir a linha do sectarismo ideológico e, para espanto de milhões, apoiar o ex-ditador na campanha ‘Constituinte com Getúlio’, e depois dividir o campo anti-ditatorial, lançando a candidatura de um obscuro engenheiro à Presidência da República.”⁷

O editorial sugere uma série de interpretações. Fica clara, primeiramente, a importância dada a duas figuras centrais na história brasileira: Vargas e Prestes, o que não apresenta nenhuma novidade. Entretanto, há no comentário acima uma valorização excessiva de Vargas e de seu papel na história brasileira, como também daqueles que lhe fizeram oposição.

Desta maneira, na avaliação do jornal, houvesse Eduardo Gomes vencido as eleições do imediato pós-guerra, poderia o País ter trilhado um caminho diverso ao longo de sua história contemporânea. Ora, deve se voltar a insistir o quanto é frágil a

⁶ Para uma síntese do legado de Getúlio Vargas veja Soares, D’Araújo, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp. 166-172.

⁷ Conforme *O Estado de São Paulo* de 08 de março de 1990, seção “Notas e Informações”, p. 3.

insistência do jornal em responsabilizar Vargas e o varguismo pela conturbada história nacional do último meio século. Neste sentido, é muito expressivo relembrar que após o movimento militar de abril de 1964, o *OESP*, em editorial apoiando o movimento, analisava que “...a marcha convergente das tropas de São Paulo e Minas (foi) contra os desmandos do homem de São Borja” e representou “o esmagamento completo, e desta vez definitivo, do Estado Novo”⁸. Assim, Getúlio Vargas encarnaria, expressaria ao longo de sua longa vida pública no comando da Nação, um mal que muito custou e, segundo o editorial de 1990, ainda muito custava ao Brasil.

É esta valorização excessiva do legado de Vargas que permite que se aproxime mais do objetivo deste trabalho. Mesmo vista de 1990, a história não permitia atribuir à herança de Vargas um papel tão marcante nos destinos brasileiros. De qualquer forma, ainda que se dê o relativo distanciamento em função das idiossincrasias do jornal para com Vargas, é um tanto problemático considerar-se que, por exemplo, a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes e, portanto da UDN, poderia significar um verdadeiro ponto de inflexão na história brasileira do pós guerra para cá.

Há que se ter em conta, entretanto, que ao longo dos anos de 1990 ganhou corpo em segmentos expressivos do pensamento brasileiro a crítica à herança de Vargas e do varguismo. Em 1999 Fernando Henrique Cardoso afirmou:

“... Eu disse ... quando fui eleito, que queria botar fim na era Vargas, criar um mercado mais aberto, mais dinâmico, um Estado mais poroso, uma sociedade com menor cooptação por parte do Estado, partidos e sindicatos, uma coisa mais democrática, com maior dinamismo na sociedade e mais mobilidade. Acho que estamos deixando de viver sob o mando do que o Getúlio fez. Bom, eu era getulista, meu pai era deputado do PTB, e quando eu digo isto as pessoas ficam pensando que estou criticando. Mas cada um tem seu momento. Tinha que mudar as instituições, para que elas pudessem levar ao desenvolvimento e à mobilidade social.”⁹

Assim, observa-se que nos anos recentes ganharam corpo as críticas sobre o legado varguista, o que certamente reforça e re-atualiza as opiniões exaradas na década de 1950.

Considerando a questão do ponto de vista da economia e mais precisamente dos anos da administração Dutra, ou seja, logo após a guerra e o Estado Novo, parece difícil aceitar a tese de que se eleito o candidato da UDN a economia brasileira teria um desempenho melhor do que o realmente ocorrido. Ademais, no começo da

⁸ Citado por Benevides, M. V. *op. cit.* p. 126.

⁹ Entrevista concedida a Roberto Fendt e Igor Ferreira. *Conjuntura Econômica*, dezembro de 1999, vol. 53, no. 12.

administração de Eurico Gaspar Dutra praticou-se uma política de cunho claramente liberal que nem o mais liberal dos udenistas teria imaginado e, principalmente, executado. No início de 1946 praticou-se uma política econômica, com relação à área externa, de liberdade de câmbio e de favorecimento à entrada de capitais, além de uma política interna contencionista e ortodoxa¹⁰

Após o final do Estado Novo era corrente a opinião de que as dificuldades econômicas se deviam, quase que integralmente, aos desmandos da ditadura. Com o retorno da democracia, e na expectativa de que o final da guerra traria a normalização dos fluxos de produtos e capitais, optou-se por levar a termo uma política econômica mais condizente com os novos tempos e, sobretudo, que não cometesse os erros encetados pelo período discricionário: déficits, regulamentações e intervenção excessiva do Estado. Assim, a história da política econômica do imediato pós guerra parece desautorizar, em parte, a tese proposta pelo editorial de 08 de março de 1990 sobre uma possível vitória da UDN, desde que o governo de Eduardo Gomes levasse a efeito o ideário liberal do seu partido.¹¹

Não é objeto destas linhas tratar da problemática política econômica do período 1946-1950. Importa, entretanto, reter que a conotação liberal que orientou no início da segunda metade da década de 1940 a feitura desta política significou um equívoco com resultados negativos que repercutiram ao longo da década seguinte. Desta forma, quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República pela segunda vez em 1951, substituindo Dutra, herdou uma situação em que se apresentavam grandes dificuldades cambiais, em parte decorrentes da política liberal que vigiu nos primeiros meses da administração anterior.

Getúlio Vargas administrou o Brasil de 1951 a 1954 e legou modificações importantes para a sociedade e a economia. A política econômica efetivada ao longo dos quase quatro anos de sua gestão teve, reconhecidamente, repercussões decisivas para o surto de desenvolvimento dos anos seguintes, para além inclusive dos anos de 1950. Se Vargas, na opinião do jornal, representou uma perversa herança para o Brasil, como propôs o editorial de março de 1990, importa então analisar como *O Estado de São*

¹⁰ Para uma análise da política econômica do governo Dutra ver Bastos, Pedro Paulo Zahlut. *O Presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra*. Texto apresentado no IV Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Caxambu, setembro de 2003.

¹¹ Para Adolf Berle, embaixador estadunidense no Brasil, ambos os candidatos eram “politicamente conservadores e economicamente reacionários”. Cf. Bethell, Leslie. “Brasil” in Bethell, Leslie e Roxborough, Ian (org.). *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 87.

Paulo comentou esta política, e, mais do que isto, se houve por parte deste uma formulação alternativa à política econômica efetivada ao longo daqueles anos¹²

A análise da política econômica

A análise que segue está baseada nos editoriais do jornal veiculados à pagina 3, na seção intitulada “Notas e Informações”. Apenas quando as notas ou opiniões foram constantes de outras partes do jornal far-se-á referência à sua origem.

A 25 de janeiro de 1951 o jornal apontava no editorial *O Presidente e os ministros* a frustração pela eleição de seu desafeto político. Comentando a escolha dos membros que formariam seu ministério, deu mais importância às questões de natureza política do que aos eventuais novos ministros. O ressentimento é visível: “... A eleição de S. Exa. resultou, em parte da fascinação que sua pessoa exerce sobre certas massas que o consideram o dispensador máximo de todos os bens deste mundo”. Criticando os partidos democráticos que foram incapazes de escolher um candidato único que derrotasse Vargas, já que o número de votos dados aos outros candidatos foi maior do que os obtidos pelo vencedor, comentava que “...não existe razão para que esperemos algo de proveitoso de seu governo.”

Nos editoriais mais voltados para a política, merece destaque a diferenciação que o jornal fazia, recorrentemente favorável à UDN, dentre os partidos políticos. Da mesma forma não se esquecia do Estado Novo, e não perdia a oportunidade de relembrar o passado de Getúlio Vargas como ditador. Assim, amenizava os problemas econômicos que teriam sido herdados por Vargas pois seu antecessor foi quem “...recebeu da ditadura um legado pesadíssimo, e esse legado pesou muito na ação administrativa destinada a reerguer a economia nacional.”¹³ As questões de ordem econômica eram claramente superadas pelas de natureza política, pois se o legado do Estado Novo não foi dos mais promissores, a política econômica dos anos do governo Dutra não se notabilizara pela coerência e um adequado planejamento. Entre 1946 e 1950 a política econômica se caracterizou por um quadro marcado pela improvisação e por metas extremamente estreitas frente às reais necessidades do sistema produtivo, mas que foram

¹² Sobre as realizações de Vargas e a política econômica do período ver Vianna, Sérgio Besserman. *A política econômica no segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1987. Sobre a importância de Getúlio Vargas para a economia brasileira ver Szmrecsányi, Tamás e Granziera, Rui G. (organizadores) *Getúlio Vargas e economia contemporânea*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

¹³ Conforme *OESP* 13 de fevereiro de 1952, p. 3: “A hora da administração”.

se modificando. Ademais, as divisas amealhadas durante a guerra foram dissipadas em pouco mais de um ano.¹⁴

No comentário à exposição do Ministro da Fazenda Horácio Lafer ao Presidente, em editorial *O saneamento financeiro*, de 08 de março de 1951, é interessante notar que ao mesmo tempo que analisava e concordava com o Ministro, da necessidade de combater a inflação e diminuir o déficit, afirmava que isto apenas não bastava. Não se podia descurar da missão permanente de aumento da renda nacional. A crítica parece até dirigida à administração de Dutra, quando a maior preocupação da política econômica foi apenas com a estabilidade da economia, e não com o crescimento econômico. Não escapava aos editores do jornal que tão necessário quanto a estabilidade era o aumento da produção.

As propostas de Horácio Lafer foram aceitas pelo jornal. Mas ao comentar a mensagem de Vargas no editorial de 17 de março de 1951, em *A Mensagem Presidencial*, acusava o Presidente de se basear em conceitos vagos, sem muita clareza, e sem definir “como daria ao povo melhores condições de vida”. Noutro trecho: “...acena com a realização de igualdade de oportunidades, estribando-a porém em conceitos vagos tais como o de que se obterá mediante equilibrada e construtiva redistribuição dos frutos do trabalho e do capital, através do imposto e dos programas do Estado”. Por mais gerais que devessem ser as metas propostas numa mensagem presidencial, uma manifestação de natureza mais política, nem por isto o jornal poupava as propostas presidenciais e acusava-as de “promessas cor-de-rosa, mas sem consistência” e “para acalmar o trabalhador, um tanto inquieto diante da sua política ondulante e furta-cor”.

Se Vargas era o dispensador máximo para os incautos que o elegeram, à UDN caberia a fiscalização permanente dos atos do governo. Neste anos do início da década de 1950 o jornal era francamente udenista, como bem demonstra o editorial *A posição da UDN*, de 25 de abril de 1951. Preocupado com o adesismo ao governo que se iniciava, defendia claramente o partido que deveria agir “...como um partido de oposição, vigilante, aguerrido e belicoso ... em defesa do interesse público e das instituições democráticas.” Aqui pode-se interpretar a defesa da UDN para além das questões partidárias e entender o editorial mais como uma defesa da democracia e das

¹⁴ As célebres divisas que o Brasil tinha quando do início do governo Dutra eram da ordem de 700 milhões de dólares. Entretanto, apenas cerca de 12% deste total era composto de moedas conversíveis. Já em maio de 1947 o governo foi obrigado a contingenciar o uso de cambiais conversíveis. Para maiores detalhes ver Malan, Pedro Sampaio; Bonelli, Régis; Abreu, Marcelo de Paiva; Pereira, José Eduardo Carvalho. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPE, 1977.

instituições democráticas. As críticas do jornal ao governo federal são muito mais de natureza política e administrativa do que relativas à economia e à política econômica, até porque o governo de Vargas iniciara-se dentro de um quadro de latente crise cambial.

Desta forma não haviam, por exemplo, críticas quanto à política de concessão de divisas baseadas no critério de essencialidade. Este expediente era aceito; o que se criticava e combatia eram os sinais mais ou menos evidentes de corrupção na cessão de cambiais para a compra de produtos supérfluos, notadamente os automóveis. A taxa de câmbio que se manteve fixa entre 1939 e 1953 representou uma poderosa forma de transferência de renda para o setor industrial e para o setor comercial de importação. Não há entre os editoriais compulsados qualquer defesa dos setores que se prejudicavam com esta transferência, como foi o caso da agricultura de exportação e de outros setores industriais, notadamente o têxtil.¹⁵

O jornal não apresentava, portanto, maiores discordâncias com a política econômica que estava sendo encetada. O ministro Horácio Lafer, industrial paulista, homem de empresas, gozava, por isto mesmo, da maior confiança do periódico. De fato haveria discordância frente a outro tipo de questões, mais doutrinárias, acerca, por exemplo, do capital estrangeiro, da participação do Estado, do nacionalismo, entre outras. É preciso deixar claro que o *OESP* se manifestava claramente favorável à industrialização. Quando em maio de 1951 o governo federal criou uma comissão para proceder a uma reforma alfandegária, o jornal deixou evidente que era favorável a uma política comercial protecionista. Assim, em *A reforma alfandegária*, de 18 de maio de 1951, lê-se: “...Entretanto os problemas com que nossos órgãos executivos terão de defrontar-se, são muito complexos, exigindo a sua solução construtiva não somente boa dose de conhecimentos técnicos, mas também a firme disposição de encarar os interesses do País pelo nosso prisma e não pelos olhos das velhas potências industriais”.

O editorial deixava clara a preocupação em proteger a indústria de São Paulo: “...nossa política comercial foi até agora prejudicada tanto pela ausência, em muitos casos, de uma suficiente proteção alfandegária à nossa crescente indústria, como pelo desconhecimento demonstrado em várias ocasiões pelos órgãos federais acerca do desenvolvimento do parque industrial paulista”. A forte posição industrialista do jornal fica ainda mais evidente quando se considera o editorial de 08 de setembro de 1951, *Desenvolvimento da indústria nacional*, em que citando Raul Prebisch defende

¹⁵ Sobre a transferência de renda a favor do setor industrial ver Malan *et al.*, *op. cit.*, especialmente pp. 171-177.

claramente o processo de crescimento industrial ressaltando, porém, o papel central à livre iniciativa “...condição a nosso ver essencial para o êxito desse empreendimento”.

Os comentários sobre economia e política econômica só passam a merecer destaque do jornal ao iniciar-se o ano de 1952. Entretanto, giram em torno dos aspectos econômicos do ano que acabara de terminar, mais precisamente, das dificuldades econômicas e o que estas poderiam representar para a proliferação das idéias comunistas. O editorial *Ano Bom*, de 01 de janeiro de 1952, reflete bem estas preocupações. As questões mais propriamente econômicas são, antes de tudo, analisadas a partir da política, do perigo que seria o aproveitamento de uma conjuntura adversa para a pregação comunista. Ao longo destes anos o jornal praticava um anticomunismo militante o que, de certa maneira, influenciou as análises econômicas. Ademais, refletindo o clima de polarização da guerra fria, havia uma grande preocupação com a expansão comunista no resto do mundo.

O que de fato mereceu comentários e críticas do jornal foi o discurso de Ano Novo de Getúlio Vargas, proferido a 31 de dezembro de 1951. Nele Vargas criticava os chamados “reinvestimentos”, ou seja, a parcela dos lucros obtidos no País e não contabilizados como capital disponível para efeito de remessa. O discurso do Presidente criticava as modificações feitas no Decreto Lei 9025 de fevereiro de 1946, quando do início da administração Dutra. Em termos contundentes Vargas disse “Por trás dos bastidores da administração pública, logrou o Governo descobrir, aos poucos, e não sem dificuldades, uma trama criminoso, que há cinco anos se vinha tecendo contra a riqueza e a independência do País”. A questão do “reinvestimento” significava de fato um problema para a política econômica, sobretudo pela diferenças entre as taxas de equilíbrio e de paridade e pela expectativa de desvalorização cambial. Não cabe aqui recontar a história destes eventos; importa antes considerar que por parte de Vargas a motivação do discurso estava mais na situação concreta do balanço de pagamentos do que em qualquer restrição à vinda de capital estrangeiro que ele, na verdade, considerava imprescindível.¹⁶

A reação do jornal ao discurso do Presidente foi de severas críticas. Em 3 de janeiro publicava o editorial com o sugestivo título *Jacobinismo demagógico*. “Por forte que seja a boa vontade e por larga que seja a tolerância que procuramos manter perante o governo do Sr. Getúlio Vargas, para não agravar as dificuldades naturais com que se defronta a administração, não é possível calar a sensação de pasmo e alarme que nos ficou da leitura do discurso de Ano Bom”. A crítica seguia destacando as promessas não

¹⁶ Para uma análise completa destes eventos ver Vianna, Sérgio Besserman. *op. cit.* pp. 63-64 e 83-84.

cumpridas por Vargas e o desserviço prestado pelo discurso, as acusações infundadas que teriam sido feitas ao Banco do Brasil e, sobretudo, os temores que teriam os investidores estrangeiros de empreender no Brasil, diante de uma situação de tanta insegurança depois do discurso do Presidente.

As repercussões do discurso de Vargas mereceram grande destaque no jornal. Membros do governo anterior que se sentiram atingidos com a fala presidencial explicavam os erros do governo atual e, principalmente, valorizavam-se as possíveis repercussões no exterior, sobretudo, nos Estados Unidos. Aliás, as relações brasileiras com os Estados Unidos eram o que mais preocupava o jornal que, no editorial acima citado, via com preocupação as declarações presidenciais pois esta seriam “...mais um golpe vibrado no nosso prestígio e na amizade que os Estados Unidos não nos cansam de nos dar prova”.

A suposta amizade americana que o jornal apregoara era, na verdade, se medida em termos de capitais e de auxílios, bem menor do que desejava o Brasil. Desde o final da Segunda Guerra vivia-se a frustração de não ter o País recebido os investimentos americanos, a que - achavam as autoridades - fazia jus o País, principalmente por ter colaborado também militarmente no esforço de guerra. Entendia o jornal, bem como o próprio Vargas, serem imprescindíveis os capitais estrangeiros ao desenvolvimento brasileiro. O que o *OESP* via com preocupação, naquilo que chamava de jacobinismo, era a possível apropriação do discurso pelo extremistas comunistas na sua infatigável e danosa pregação revolucionária.¹⁷

No conturbado início de 1952, segundo o noticiário do jornal, corriam boatos no Rio de Janeiro da eminente decretação do estado de sítio por conta da ameaça comunista. Em *Revoada de boatos*, de 11 de janeiro de 1952, explicita-se todo o anticomunismo do jornal: “Para conter o comunismo, S. Exa. não precisará do estado de sítio. Basta que afaste das Forças Armadas e das repartições públicas os comunistas e os simpatizantes que nelas existem e, que até agora, tem exercido suas atividades sem grandes embarços”. E noutro trecho: “... dentro das normas constitucionais, encontra o governo elementos mais do que suficientes para defender as instituições e refrear as atitudes extremistas, sem vergar a Nação qualquer forma de despotismo”.

¹⁷ Nos anos seguintes houve um crescente desalento das autoridades brasileiras com o desinteresse americano para com o Brasil, sobretudo em termos de ajuda financeira e investimento. Registre-se que a América Latina como um todo foi preterida, e que os governos da região esperavam que os Estados Unidos ampliassem a ajuda que havia prestado ao longo da Segunda Guerra. “Ao lado dos US\$ 19 bilhões repassados à Europa Ocidental no período 1945-1950, apenas US\$ 400 milhões (menos de 2% da ajuda total norte-americana) chegaram à América Latina. Só a Bélgica e Luxemburgo receberam mais do que a América Latina inteira”. Bethell, Leslie e Roxborough, Ian, *op. cit.*, p. 44.

No começo do segundo ano do governo de Vargas as avaliações do jornal eram negativas quanto ao desempenho do governo, embora o nível geral de preços estivesse estável, assim como o crescimento do produto apresentasse taxa próxima do ano anterior. As observações feitas pelo jornal são antes críticas a Vargas do que propriamente à política econômica. Os editoriais seguiam, no geral, o mesmo diapasão de reprovar as atitudes do Presidente e sua protelação em buscar resolver os problemas que havia prometido solucionar quando da campanha eleitoral. Um bom exemplo é o comentário feito em 29 de fevereiro de 1952 sob o auto explicativo título *Política de adiamentos* no qual observava quanto o governo estava protelando a votação da indispensável reforma bancária, mais ainda quando, dispondo de maioria parlamentar para fazer valer seus interesses, inexplicavelmente não se empenhava na solução de tão importante questão. Não fazia nenhum comentário ao fato de que a reforma havia sido proposta no governo anterior, quando também se julgava essencial a adequação do sistema bancário, embora o governo também dispusesse de maioria no Parlamento.

Se o governo era incompetente quanto à política, o juízo que o jornal fazia quanto à gestão da economia era diferente. Assim, no comentário feito em *A liberalização das importações e a escassez cambial*, de 22 de março de 1952, tecia elogios à estratégia do ano anterior quanto ao uso das poucas divisas disponíveis, numa conjuntura moldada pela perspectiva da Guerra da Coréia e as dificuldades de abastecimento que daí decorreriam e, pelo forte ritmo de crescimento do setor industrial. Louvava a atitude de defesa que tiveram as autoridades, a despeito de não terem sido observados problemas de abastecimento: “Injusto nos parece responsabilizar as autoridades por ter falhado sua expectativa mais pessimista em face dos acontecimentos mundiais: se não tivesse facilitado a importação, e se estalasse uma guerra mundial - e que nunca como nos últimos tempos, esteve tão próxima - as forças econômicas do País teriam carradas de razão para lhes criticar a imprudência. A liberalização das importações foi, pois, providência razoável no momento em que foi deliberada”.

Esta mesma concordância não se observava no que dizia respeito à participação do Estado na economia. Comentando em *O Estado e a indústria*, de 29 de abril de 1952, um pedido do Executivo ao Congresso para a transformação das ferrovias estatais em sociedades anônimas, o jornal estabelecia sua opinião sobre a questão do petróleo e a participação do Estado nesta indústria. “Se na exploração de uma indústria menos complicada, como é a estrada de ferro, o Estado falhou, é quase certo que na do petróleo, que é mais complicada, falhará também. O famoso monopólio estatal como o que o nacionalismo soviético acena para o Brasil, será um desastre completo. Se ele

vingar não teremos petróleo tão cedo, e quando o tivermos, será por um preço tal que ninguém o suportará”.

Estes editoriais, que tratam de assuntos e temas mais de fundo servem para balizar qual seria, de fato, a opinião do jornal sobre a política econômica ao longo do período aqui estudado. Não havia grandes discordâncias quanto à forma de enfrentar as dificuldades da área externa, do forte controle que as autoridades teriam que exercer sobre a cessão das escassas cambiais. Já se viu ao longo destas linhas que o periódico se batia a favor do protecionismo para a indústria. Defendia, no entanto, para o crescimento industrial, que se revogassem as disposições contrárias ao capital estrangeiro, bem como não se mostrava favorável ao aumento da participação do Estado na produção industrial.

Dois editoriais são expressivos neste sentido. O primeiro, de 3 de junho de 1952, *A industrialização do Brasil*, reconhecia os esforços de Vargas para dotar o País das indústrias essenciais à consolidação do setor secundário, e lembrava que existia uma barreira das mais importantes para tal, que seria a inadequada oferta de energia elétrica. Segundo o editorial, a oferta não crescia por conta do Código de Águas, “legislação ditatorial referente ao aproveitamento das quedas d’água e pela legislação posterior concernente à importação de aparelhagem produtiva”. Segue propondo a cessão de créditos especiais à empresa Light and Power e às demais empresas produtoras de energia elétrica pois a falta adequada de energia significará “...que a industrialização terá de marcar passo e não passará de uma aspiração”.

A análise e a interpretação da política econômica seguem demonstrando preocupação com a falta de dólares, ou de moedas conversíveis, atacando as propostas intervencionistas do governo para a questão do petróleo através da criação da futura Petrobrás, e da energia elétrica com a proposta de uma Eletrobrás. Para tanto anotava o segundo editorial a que se fez referência acima, que “...para não abandonarmos a terminologia típica destes dirigistas, poderíamos inventar a *Caosbrás* como expressão capaz de sumarizar este estado de coisas.”¹⁸

Já foi observado ao longo destas linhas que, ao mesmo tempo que atacava os aspectos políticos e administrativos do governo de Vargas, o jornal *O Estado de São Paulo* defendia os esforços do governo para o crescimento e diversificação industriais. Entretanto não poupava a responsabilidade que teria o governo na perversa conjuntura de falta de dólares e crescentes atrasados comerciais, que se agravaram no segundo semestre de 1952. Em *Falta de dólares e realismo*, de 23 de agosto de 1952, voltava a

¹⁸ Cf. OESP 02/08/1952: *Da Petrobrás à Agrobás*.

criticar o discurso presidencial proferido no último dia do ano anterior e culpava o seu teor xenófobo como responsável por parte dos problemas, pois “dificultou a entrada de capitais estrangeiros no País, decorrendo daí a agravação da escassez cambial e comprometeu, até certo ponto, a disposição norte-americana de nos socorrer em momentos de apertura”.

Como os problemas cambiais se agravassem, o jornal passou a pedir do Presidente maior clareza na exposição dos reais problemas a que estava submetida a economia. Não culpava a política econômica pelas dificuldades, pois esta, de fato, tinha um raio de manobra reduzido para enfrentar o desequilíbrio. Em meio a comentários sobre as modificações que seriam feitas na política cambial é interessante observar que o diário paulista tinha uma visão muito mais clara dos problemas aos quais a economia brasileira estava submetida, como bem mostra o editorial de 27 de novembro de 1952, *Taxa cambial e estrutura econômica*. Criticando os debates que se cingiam ao valor que deveria ter a moeda nacional estabelecia que “...as dificuldades cambiais refletem apenas fraquezas permanentes de nossa estrutura econômica agravadas pela conjuntura internacional”.

A situação das contas externas brasileiras era de fato preocupante no final de 1952. As receitas de exportação diminuíram, e havia atrasados comerciais da ordem de US\$ 600 milhões. Em 07 de janeiro de 1953, com a Lei 1807 - denominada Lei do Mercado Livre -, criou-se nova regra que facilitava a entrada de capitais e sua remessa.. Cumprir observar que a partir da promulgação da lei o Brasil passou a ter uma das regulamentações mais liberais da América Latina quanto à remessa de lucros.¹⁹ O jornal destacou a possível incoerência de duas medidas tão díspares tomadas ao longo praticamente de um mesmo ano. Mas, mais importante no texto que compõe o editorial *Capitais estrangeiros e nacionais*, de 04 de janeiro de 1953, é a crítica feita à não entrada do capital estrangeiro nos setores de base. “Extremamente cioso das suas riquezas naturais, o Brasil afasta, cuidadosamente, o capital alienígena de todos os setores básicos da economia.... Portanto os que chegam até nós se dirigem às indústrias de transformação criando frigoríficos, construindo oficinas de montagem de automóveis, instalando fábricas de produtos alimentares ou de tecidos. Em consequência, esses fundos, em vez de fecundarem os ramos essenciais de nossa economia, desenvolvem as indústrias produtoras de consumo”.

Já ficou claro ao longo deste trabalho que o jornal *OESP* entendia como essencial para o desenvolvimento industrial a presença do capital estrangeiro e criticava

¹⁹ Para uma análise completa da importância da lei e suas implicações ver Vianna. S. B. *op. cit.* pp. 85-87.

as ações da política econômica por não facilitarem a entrada destes recursos, bem como por valorizar excessivamente o capital estatal. Algumas vezes a ênfase na primazia do capital estrangeiro era tão acentuada que levava o jornal a equívocos. Como exemplo tome-se o artigo publicado no Suplemento Comercial e Industrial de 30 de janeiro de 1953, sob o título *O liberalismo econômico*, em que começava examinando a declaração de Henry Borde, diretor da Brazilain Traction que afirmava que “o século XX é do Brasil e do Canadá”. A partir desta afirmação, que poderia ser tomada como uma previsão extremamente auspiciosa, o *OESP* marcou as igualdades, ou seja, os grandes espaços vazios, riquezas minerais, possibilidades agrícolas imensas, mas sublinhou que as diferenças estariam no grau de intervenção do Estado na economia, elevada no Brasil e mínima no Canadá, razão central para os diferentes níveis de desenvolvimento econômico observado nos dois países.

A despeito dos erros contidos nesta avaliação, foram por estes caminhos que se fez a crítica à política econômica do segundo governo de Vargas. Foram valorizados mais os aspectos de natureza política, da permanente não aceitação do jornal por estar Getúlio Vargas à frente do Executivo, escolhido democraticamente. A ênfase no avanço da indústria, que na verdade, já vinha desde os anos do Estado Novo, e que se observava ao longo do período 1951-1954, não foi de forma alguma contestada pelo jornal. Vejam-se por exemplo os comentários por ocasião da reunião da CEPAL, no Rio de Janeiro, em maio de 1953. Sob o título *A reunião da CEPAL no Rio*, o editorial destacava as diferenças existentes entre as economias desenvolvidas, como seria o caso dos países europeus, e as economias subdesenvolvidas, como as latino-americanas. Deixando clara a especificidade do subdesenvolvimento estabelecia “...as ciências econômicas concebidas por especialistas europeus ou norte-americanos procuram definir os problemas deste hemisfério sob o prisma das nações economicamente mais avançadas”. E em outro trecho: “Mesmo uma obra tão serena quanto a de Lord Keynes, é na realidade, dominada até a angústia por circunstâncias particulares vividas pelo País em que foi idealizada, isto é, pelo problemas do sub-emprego. Em consequência, a economia das regiões periféricas jamais é encarada como uma estrutura específica, mas apenas como um aspecto, como uma variante de economia plenamente desenvolvida”.

Assim, o jornal defendia a industrialização, a teorização cepalina das particularidades do subdesenvolvimento, e a necessidade de uma explicação específica para o fenômeno, para além da teoria econômica convencional. Porém, se a industrialização deveria ser apoiada, para tanto dever-se-ia contar com os recursos externos e não com o capital estatal. Já foram analisados editoriais que demonstram

como o *OESP* era acerbo defensor dos capitais estrangeiros. Esta defesa revelar-se-ia mais contundente ainda quando o projeto de criação da Petrobrás tramitou no Legislativo. A 10 de maio de 1953 o jornal emitia, mais uma vez, sua opinião contrária à nacionalização da produção de petróleo. Em *Os caminhos da independência* lê-se: “...no Brasil, como em muitos outros países, o petróleo possui esta curiosa propriedade de cristalizar paixões partidárias, de ser considerado não como elemento da economia nacional, mas antes como símbolo de certa ideologia. Vemos que os mais avisados perdem o senso crítico, os mais ponderados se tornam mais furiosos, os mais sábios sustentam teses que só a ignorância justificaria”.

A crítica baseia-se nos nacionalistas, partidários da solução estatal para a produção do petróleo. Não deixava de se extremamente coerente a posição do jornal acerca da questão petrolífera. Entretanto, as questões conjunturais voltaram a preocupar o jornal. No primeiro semestre de março de 1953 dois acontecimentos políticos merecem destaque: a greve dos 300 mil em São Paulo e a surpreendente vitória de Jânio Quadros para a prefeitura da cidade, com mais de 60% dos votos. Por outro lado, os atrasados comerciais chegavam a US\$ 600 milhões e a perspectiva de ajuda financeira através da Comissão Mista Brasil Estados Unidos não fazia mais sentido com a vitória do Partido Republicano na eleições americanas de 1952. Diante disto, o governo federal agiu no sentido de reformar o ministério para obter sustentação política para as eleições de 1954. Horácio Lafer foi substituído por Oswaldo Aranha. Tancredo Neves e João Goulart assumiram respectivamente as pastas da Justiça e do Trabalho.

A nomeação de Aranha foi muito bem aceita pelo jornal. Prova disto é o editorial de 15 de junho, *A defesa da moeda nacional*, a partir de uma entrevista que o novo Ministro concedera ao jornal: “Orientando-se pelas doutrinas que têm tradicionalmente orientado a atitude tradicional deste jornal, o novo titular da pasta da Fazenda poderá contar com o nosso apoio a todas as medidas que se destinem a nos livrar do bico sem saída no qual a atitude do Sr. Presidente da República conduziu a economia nacional nos dois últimos dois anos.”²⁰

Se Oswaldo Aranha tinha todo o apoio do matutino, o mesmo não ocorria com o novo Ministro do Trabalho João Goulart. Ao longo de vários editoriais o jornal desancava sistematicamente João Goulart e, como não poderia deixar de ser, o próprio Presidente. Seja por proporcionar greves e o avanço comunista, que daí necessariamente decorreria, seja por estar se associando ao Presidente argentino Juan Peron na criação da suposta República Sindicalista, quase todas atitudes do Ministro do Trabalho eram

²⁰ Para um resumo do programa de Oswaldo Aranha ver Vianna, S.B. *op. cit.* pp. 102-103.

passíveis de pesadas críticas. Veja-se por exemplo o editorial de 15 de agosto de 1953, *A situação do Brasil*, no qual se pode ler: “...o encarecimento da vida não há que o detenha. Era o momento de se fazer uma política de paz e harmonia entre todas as classes e a conciliação de todos os interesses.” Segundo a opinião do jornal o governo estava fazendo o contrário, aumentando a tensão política, justamente pela ação do Ministro do Trabalho, pois “numa ocasião de tantas apreensões, é que o ministro do Trabalho, numa falta de critério fenomenal, tece a trama de uma verdadeira conspiração contra a ordem social e política do País, e entrega alguns setores do operariado à direção de comunistas notórios. Esse mocinho temerário e petulante enche barris de pólvora e coloca aos pés deles, de facho em punho, prestes a atear-lhes fogo, os incendiários profissionais de que o comunismo se serve nas democracias liberais para destruí-las em proveito da expansão imperialista do totalitarismo soviético.”

A situação cambial brasileira não melhorou significativamente com a Lei 1807. Para o pagamento dos atrasados comerciais o Brasil conseguiu um empréstimo de US\$ 300 milhões junto ao Banco Mundial, em condições não muito favoráveis. De fato, o quadro econômico não era positivo, assim como o político, agravados por uma estiagem relativamente prolongada que levou ao racionamento de energia elétrica, o que desgastava ainda mais o governo federal. Em termos de política econômica o evento mais importante do segundo semestre de 1953 foi a Instrução 70 da SUMOC, que restabeleceu o monopólio cambial do Banco do Brasil e extinguiu o controle quantitativo das importações substituído pelo regime de leilões de câmbio. Na prática a Instrução significou a existência de várias taxas, na verdade cinco, que grosso modo obedeciam ainda a um critério de essencialidade. A taxa de câmbio (Cr\$/US\$) de outubro de 1953 era de 18,82 no mercado oficial e 43,32 no mercado livre. Entre as cinco categorias existentes variava de 31,77 até 78,90.²¹

O jornal comentou favoravelmente a Instrução 70 e os editoriais que seguiam analisando a medida assim o demonstram. Apenas colocavam reparos ao fato de que o Banco do Brasil ficaria responsável pelos ágios e pela receita dos leilões de câmbio. O *OESP* propunha a utilização destes recursos para financiamento da agro-pecuária e a amortização dos atrasados comerciais. Por conta das dificuldades cambiais, o jornal analisava que o câmbio para importação deveria se prestar cada vez mais a: (1) fortalecimento das indústrias; (2) redução da dependência da economia nacional em relação ao fornecimento de produtos essenciais; (3) estímulo à exportação nacional. No editorial em que apregoava tais medidas, *Indústria nacional, crise cambial e capital*

²¹ Conforme Vianna, S. B. *op. cit.* p. 104 e seguintes.

estrangeiro, de 01 de novembro de 1953, sugeria que fossem impostas também aos capitais estrangeiros que porventura tivessem interesse em vir para o Brasil.

O final do ano de 1953 serviu para que o jornal se fixasse em questões mais gerais. As análises não eram voltadas para as questões presentes mas para eventuais erros praticados no passado por inépcia, corrupção e despreparo do governo. Não se encontra portanto nenhuma interpretação mais consistente, apenas se valorizam aspectos políticos em demasia para tornar claro, como sempre, o repúdio a Vargas e seus familiares e a quase obsessiva preocupação com os comunistas, a quem o Presidente não combatia adequadamente. As sugestões para a economia e política econômica são quase que baseadas no senso comum. Um bom exemplo pode ser visto no editorial *O governo federal e a economia nacional*, no qual aparecem as propostas que na opinião do jornal deveriam ser implementadas: aumento do crédito, redução das obras públicas desnecessárias, fomento à exportação, participação de membros da iniciativa privada na SUMOC e na CACEX, etc.

As críticas seguiam na sua quase totalidade sendo de natureza política, ou seja, implacavelmente condenando Vargas e Goulart e a irresponsabilidade de ambos diante de uma hora tão grave para o País. As opiniões emitidas sobre economia em geral e a política econômica em particular eram quase todas dirigidas a Vargas, à desorganização do governo federal e à corrupção. Desta forma, quando comentava que o governo enviaria ao Congresso um projeto para taxação de lucros extraordinários, o jornal considerava tal medida uma investida demagógica que apenas oneraria a produção e os produtores, em prejuízo de toda população. Coerente à sua pregação anti-estatista tecia também considerações pessimistas sobre o início do funcionamento da Petrobrás. No editorial *Novos sacrifícios*, de 31 de dezembro de 1953, lê-se: “Muito receamos de que se reduza a uma série imponente de empregos de remuneração polpuda, isto é, de uma fonte inexaurível de gastos inúteis, ou quando menos, muito superiores aos resultados que vierem a ser obtidos. Se a ação industrial e comercial do Estado é invariavelmente desastrosa, mesmo quando efetuada com probidade e competência, o que não será quando levada a cabo numa época de afrouxamento de todas disciplinas morais?”.

Sempre submetendo as críticas à economia e à política econômica às abordagens de natureza política, o jornal comentava a questão do salário mínimo, a preocupação quanto ao aumento que seria dado e associava qualquer elevação muito substancial a pressões insuportáveis sobre a atividade econômica. A proposta de João Goulart, de aumento de 100% do salário mínimo, mereceu análises de natureza política, no geral

tomando o Ministro como um “agitador comunista”, “irresponsável”, “tresloucado”, “meninote estabonado”.

A inflação crescente, a queda da exportação do café, os reclamos da indústria com o sistema de taxas múltiplas de câmbio, compõem o quadro de oposição crescente a Vargas, mais ainda depois da demissão de João Goulart em 22 de fevereiro. A despeito das críticas políticas, o *OESP* seguia apoiando Oswaldo Aranha e a Instrução 70 e esperava uma reforma aduaneira que pudesse substituir o sistema de taxas múltiplas pelo câmbio único, que na opinião do periódico era o regime cambial adequado para o Brasil.

Com o anúncio do Plano Nacional de Eletrificação e a futura criação da Eletrobrás, o *OESP* voltou à carga: contra o Código de Águas, o prejuízo à livre iniciativa, o jacobinismo presidencial, enfim, o mesmo discurso. A decretação do salário mínimo mereceu por parte do jornal uma série de editoriais, como o de 3 de maio de 1954, *Entre a razão e a demagogia*, em que demonstrava que João Goulart ainda estaria influenciando o Presidente, que ao declarar o novo salário agira de forma demagógica e estaria, mais uma vez, levando o País em ritmo acelerado para o caos. A situação já era tão grave que, segundo a nota, “... já temos notícias de que várias casas de caridade se preparam para reduzir seus serviços, devido à necessidade imperiosa de exonerar vários empregados”.

Na opinião do jornal o Brasil estava à beira do caos e a decretação do novo salário, “ato que estonteou o País”, levaria a emissões monetárias e inutilizaria todo o esforço de estabilização que Oswaldo Aranha tão corretamente vinha conduzindo. A 9 de julho, como não poderia deixar de ser, lembrando o levante de 1932, o jornal anunciava no editorial *A advertência de 09 de julho*: “Como tantas vezes antes, são os paulistanos os primeiros a pressentir que graves perigos ameaçam a Nação e aperceber-se contra elas”. Com os acontecimentos do começo do mês de agosto, o jornal passou a propor a renúncia de Getúlio Vargas e a tratá-lo por “Presidente nominal do Brasil”. Após o suicídio, em 25 de agosto de 1954 no editorial *Desfecho trágico*, pode-se ler: “Quando S. Exa. vivia não poupamos críticas aos seus atos e às suas palavras que nos pareciam condenáveis. Agora que está morto só nos resta descobrir-nos diante da sepultura em que jaz o seu corpo”.

No mesmo editorial elogiava o substituto constitucional, Vice-Presidente Café Filho, justamente por ter combatido tão arduamente o Estado Novo.

Conclusão

A política econômica praticada ao longo do período 1951-1954, quando da segunda administração de Getúlio Vargas, foi comentada e analisada pelo jornal *O Estado de São Paulo* menos pelo que propôs e efetivou, e mais pela própria presença de Vargas. Fortemente marcado pela ditadura do Estado Novo e pelo episódio da intervenção do jornal em 1940, foi muito difícil para o grupo que comandava o periódico aceitar a volta de Vargas ao poder, ainda mais pelo voto direto e derrotando o candidato da UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

As medidas tomadas para combater o permanente desequilíbrio cambial, o principal problema do período, não mereceram maiores críticas do jornal, que compreendia a gravidade da situação. Boa parte dos reparos feitos à condução da política de combate à inflação foi feita tomando como base a preocupação de que os aumentos do custo de vida pudessem significar campo propício ao avanço do comunismo, um temor permanente e obsessivo por parte do diário paulista. Claramente favorável ao avanço da indústria e de políticas específicas para seu crescimento e diversificação, deixou claro, entretanto, sua discordância quanto à presença do Estado, sobretudo quando este estava sendo comandado por velho inimigo. Da mesma forma, combateu as iniciativas governamentais que pareciam indicar um preterimento ao capital estrangeiro na industrialização.

A análise efetivada da política econômica do período qualifica o ideário do jornal dentro de uma linha mais favorável ao capital estrangeiro, naquela visão que Ricardo Bielschowsky tão bem denominou como desenvolvimentista não nacionalista. A crítica a Vargas se faz muito mais pela sua conduta política e menos pelas decisões de política econômica, embora o *OESP* se batesse permanentemente contra o avanço do Estado dentro do sistema econômico, ou seja, contra o intervencionismo desenvolvimentista do Estado Brasileiro.²²

Se Vargas era, como observado acima, o dispensador máximo para os incautos, que buscava acalmar o trabalhador com promessas sem consistência, nem por isto a condução da política econômica, como fica claro pelo material compulsado, foi considerada também como populista, ao contrário do conteúdo político da administração de Vargas.

Defensor permanente de São Paulo, da supremacia paulista diante dos demais estados da Federação, o jornal *O Estado de São Paulo* tinha uma visão bastante

particular do próprio País²³. Talvez por ter ainda esta visão, continua considerando que boa parte dos males e dificuldades da vida brasileira se devem a Getúlio Vargas e seu legado para a sociedade brasileira. Finalizando, recorde-se que por parte do próprio Vargas, talvez o jornal gozasse de mais estima do que poderiam sugerir as implacáveis críticas que sofreu. É o que sugere a frase que o Presidente proferiu: “Em 1930 o *OESP* esteve na campanha da Aliança. Estava conosco, portanto. Talvez eu não tenha realizado a república dos sonhos do Dr. Mesquita. Mas quando ele me pede um favor eu não posso negar.”²⁴

²² Ver Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/PNPE, 1988.

²³ O depoimento de Cláudio Abramo é bastante interessante: “O dr. Julinho não queria que na primeira página saíssem as notícias nacionais, só internacionais. Era o seu colonialismo recôndito, que considerava a Europa e o mundo mais importantes que o Brasil, mesmo para os brasileiros. E assim o *Estado* só deu o suicídio de Getúlio Vargas na primeira página por extrema concessão do dr. Julinho e após grande e veemente insistência minha e de seus filhos”. *Op. cit.*, p. 37.

²⁴ Frase de Vargas a seu secretário Roberto Alves, durante a presidência 1950-1954, a propósito de um pedido de empréstimo federal feito pelo jornal *OESP*. “Folhetim” in *Folha de São Paulo* citado por Borges, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 185.